



GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ
Secretaria do Planejamento
e Gestão

IPECE Informe

Nº 130 – Junho/2018

**Evolução da Despesa com Segurança
Pública do Governo do Estado do
Ceará no Período de 2005 a 2017**

Governador do Estado do Ceará

Camilo Sobreira de Santana

Vice-Governadora do Estado do Ceará

Maria Izolda Cela de Arruda Coelho

Secretaria do Planejamento e Gestão – SEPLAG

Francisco de Queiroz Maia Júnior – Secretário

Antônio Sérgio Montenegro Cavalcante – Secretário adjunto

Júlio Cavalcante Neto – Secretário executivo

Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará – IPECE

Diretor Geral

Flávio Ataliba Flexa Daltró Barreto

Diretoria de Estudos Econômicos – DIEC

Adriano Sarquis Bezerra de Menezes

Diretoria de Estudos Sociais – DISOC

João Mário de França

Diretoria de Estudos de Gestão Pública – DIGEP

Cláudio André Gondim Nogueira

Gerência de Estatística, Geografia e Informação – GEGIN

Marília Rodrigues Firmiano

IPECE Informe – Nº 130 – Junho/2018

DIRETORIA RESPONSÁVEL:

Diretoria de Estudos de Gestão Pública – DIGEP

Elaboração:

Paulo Araújo Pontes (Analista de Políticas Públicas – DIGEP)

Cláudio André Gondim Nogueira (Diretor – DIGEP)

O Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE) é uma autarquia vinculada à Secretaria do Planejamento e Gestão do Estado do Ceará. Fundado em 14 de abril de 2003, o IPECE é o órgão do Governo responsável pela geração de estudos, pesquisas e informações socioeconômicas e geográficas que permitem a avaliação de programas e a elaboração de estratégias e políticas públicas para o desenvolvimento do Estado do Ceará.

Missão: Propor políticas públicas para o desenvolvimento sustentável do Ceará por meio da geração de conhecimento, informações geossocioeconômicas e dá assessoria ao Governo do Estado em suas decisões estratégicas.

Valores: Ética e transparência; Rigor científico; Competência profissional; Cooperação interinstitucional e Compromisso com a sociedade.

Visão: Ser uma Instituição de pesquisa capaz de influenciar de modo mais efetivo, até 2025, a formulação de políticas públicas estruturadoras do desenvolvimento sustentável do estado do Ceará.

Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE) -Av.

Gal. Afonso Albuquerque Lima, s/n | Edifício SEPLAG | Térreo -
Cambeba | Cep: 60.822-325 |

Fortaleza, Ceará, Brasil | Telefone: (85) 3101-3521

<http://www.ipece.ce.gov.br/>

Sobre o IPECE Informe

A Série **IPECE Informe**, disponibilizada pelo Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE), visa divulgar análises técnicas sobre temas relevantes de forma objetiva. Com esse documento, o Instituto busca promover debates sobre assuntos de interesse da sociedade, de um modo geral, abrindo espaço para realização de futuros estudos.

As conclusões, metodologia aplicada ou propostas contidas nos textos são de inteira responsabilidade do(s) autor(es) e não exprimem, necessariamente, o ponto de vista ou o endosso do Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará - IPECE, da Secretaria de Planejamento e Gestão ou do Governo do Estado do Ceará.

Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará – IPECE 2018

IPECE informe / Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE) / Fortaleza – Ceará: Ipece, 2018.

ISSN: 2594-8717

Nesta Edição

No presente informe analisou-se o comportamento dos gastos na função de segurança pública efetuados pelo Governo do Estado do Ceará no período de 2005 a 2017. Nesse sentido, foram considerados separadamente os gastos na função Segurança Pública e os de Custódia e Reintegração Social, da função Direitos a Cidadania, buscando-se identificar que fatores influenciaram em seus comportamentos.

Como se pôde observar, houve uma evolução significativa nas despesas com segurança pública do Governo do Estado do Ceará, tanto em termos absolutos como *per capita*, durante o período analisado, sendo o principal motivo dessa expansão o aumento dos efetivos das polícias Militar e Civil como as melhorias nas remunerações dos profissionais empregados nessa área. Entretanto, verificou-se a variabilidade das despesas com investimento.

Relativamente à subfunção de Custódia e Reintegração Social, observou-se que os investimentos nessa área permitiram a expansão do sistema prisional cearense, mas não foram suficientes para reduzir a situação de superlotação das unidades prisionais devido à expressiva expansão da população carcerária, levando à elevação das despesas com administração do sistema prisional do estado.

Os problemas ligados à segurança pública são bastante complexos e envolvem uma série de fatores. Assim, é importante que o estado persista no controle de suas contas para poder financiar adequadamente os gastos e, sobretudo, os investimentos em segurança pública, além de buscar o aperfeiçoamento de suas ferramentas de gestão para que esses gastos sejam cada vez mais efetivos.

1. Introdução

A prestação de serviços de segurança pública é uma das atividades providas pelo poder público, juntamente com educação e saúde, que mais afeta a vida dos cidadãos, sendo a sua melhoria objeto de constantes reivindicações por parte da sociedade.

Relativamente à segurança pública constata-se que, ao se analisar os balanços públicos brasileiros, as despesas nesse setor são lançadas na Função de Segurança Pública. Porém, não se pode considerar que os gastos se restringem somente a aqueles alocados nessa função, devendo-se considerar que algumas despesas lançadas na Função de Direitos a Cidadania, como as da subfunção Custódia e Reintegração Social, também, afetam os serviços de segurança pública.

Cabe observar, ainda, que a restrição orçamentária é um importante condicionante, como em qualquer outra área da esfera governamental, para a prestação de serviços de segurança pública. Assim, nesse informe pretende-se analisar o comportamento do gasto na função de segurança pública pelo Governo do Estado do Ceará no período de 2005 a 2017. Nesse sentido, foram analisados separadamente os gastos na função Segurança Pública e os de Custódia e Reintegração Social, da função Direitos a Cidadania, buscando-se identificar que fatores influenciaram em seus comportamentos.

2. Gastos na Função de Segurança Pública

O gasto com segurança pública do Governo do Estado do Ceará é apresentado na Tabela 1, sendo discriminados os seus principais componentes: as despesas correntes, como as de pessoal e outras despesas correntes, e as de capital, em que os investimentos são seu principal componente. Como se pode observar na Tabela 1, a despesa empenhada pelo Governo do Estado cresceu, em preços constantes, de R\$ 751 milhões, em 2005, para R\$ 2,452 bilhões, em 2017, o que representa um crescimento real de 226,45% no período (ou um crescimento real anual médio de 10,36%).

Mais especificamente, durante o período 2005-2017, foram gastos mais de R\$ 21 bilhões (a preços de dez./2017) em segurança pública pelo Governo do Estado do Ceará, o que representa uma média de aproximadamente R\$ 1,63 bilhão por ano. A dinâmica desses gastos fica mais evidente por meio do Gráfico 1. Como é possível perceber, há uma tendência (com algumas oscilações) de crescimento ao longo do período analisado. Ademais, tem-se que a média anual de gastos de 2012 a 2017 (R\$ 2,224 bilhões) é quase o dobro, em termos reais, da média do período entre 2005 e 2011 (R\$

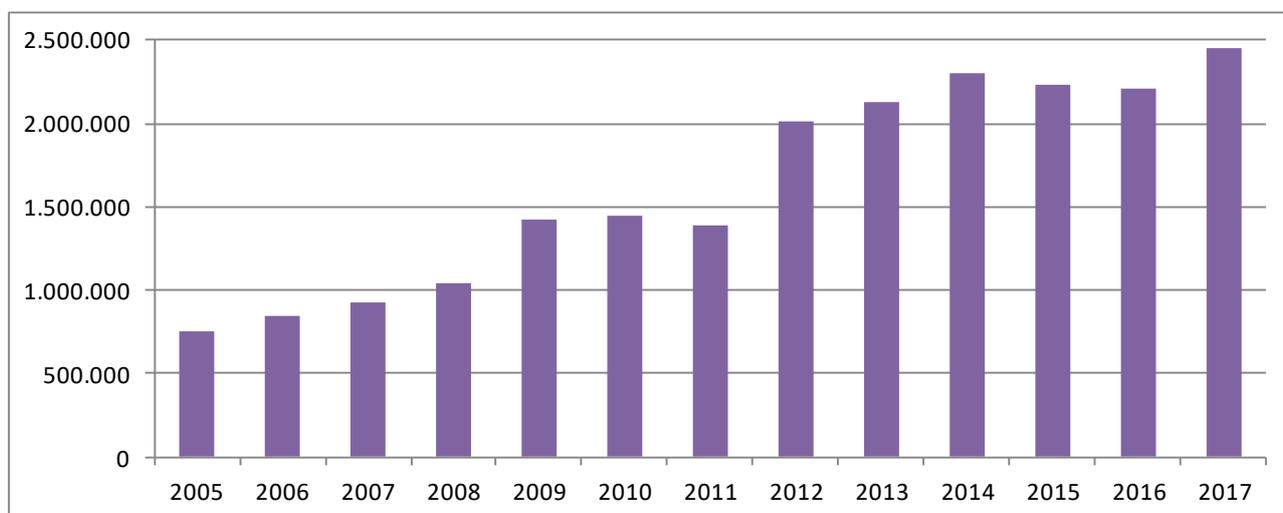
1,121 bilhão). Finalmente, deve-se registrar que o valor referente ao ano de 2017 foi o maior da série. É interessante observar, pelos dados constantes na Tabela 1, que as despesas correntes e as de capital na função de segurança pública apresentam dinâmicas diferentes, sendo facilmente identificada uma tendência de crescimento nas despesas correntes enquanto as despesas de capital apresentaram um comportamento mais volátil.

Tabela 1: Despesa empenhada na função de segurança pública do Governo do Estado do Ceará (R\$ 1.000 de dez./2017)

Ano	Despesas Correntes						Despesas de Capital				Total Geral
	Subtotal	%	Pessoal e Encargos Sociais	%	Outras Despesas Correntes	%	Subtotal	%	Investimentos	%	
2005	687.760	91,5	572.158	76,2	115.602	15,4	63.497	8,5	63.497	8,5	751.257
2006	789.665	93,3	656.748	77,6	132.917	15,7	57.062	6,7	57.062	6,7	846.727
2007	829.795	89,3	696.321	74,9	133.474	14,4	99.275	10,7	99.275	10,7	929.070
2008	950.203	90,9	776.628	74,3	173.575	16,6	95.457	9,1	95.457	9,1	1.045.659
2009	1.169.668	82,0	882.427	61,9	287.241	20,1	256.755	18,0	256.755	18,0	1.426.423
2010	1.262.138	86,9	959.172	66,1	302.966	20,9	189.726	13,1	189.726	13,1	1.451.864
2011	1.327.168	95,3	1.036.226	74,4	290.942	20,9	65.398	4,7	65.398	4,7	1.392.565
2012	1.940.786	96,3	1.480.960	73,5	459.826	22,8	74.223	3,7	74.223	3,7	2.015.009
2013	2.012.342	94,8	1.520.494	71,6	491.848	23,2	110.821	5,2	108.734	5,1	2.123.163
2014	2.165.028	93,9	1.663.549	72,1	501.479	21,7	141.445	6,1	141.445	6,1	2.306.473
2015	2.142.549	96,1	1.707.561	76,6	434.988	19,5	87.675	3,9	87.675	3,9	2.230.224
2016	2.158.187	97,5	1.713.212	77,4	444.975	20,1	55.768	2,5	55.768	2,5	2.213.955
2017	2.264.260	92,3	1.814.200	74,0	450.059	18,4	188.238	7,7	188.238	7,7	2.452.498

Fonte: SEFAZ. Elaboração própria.

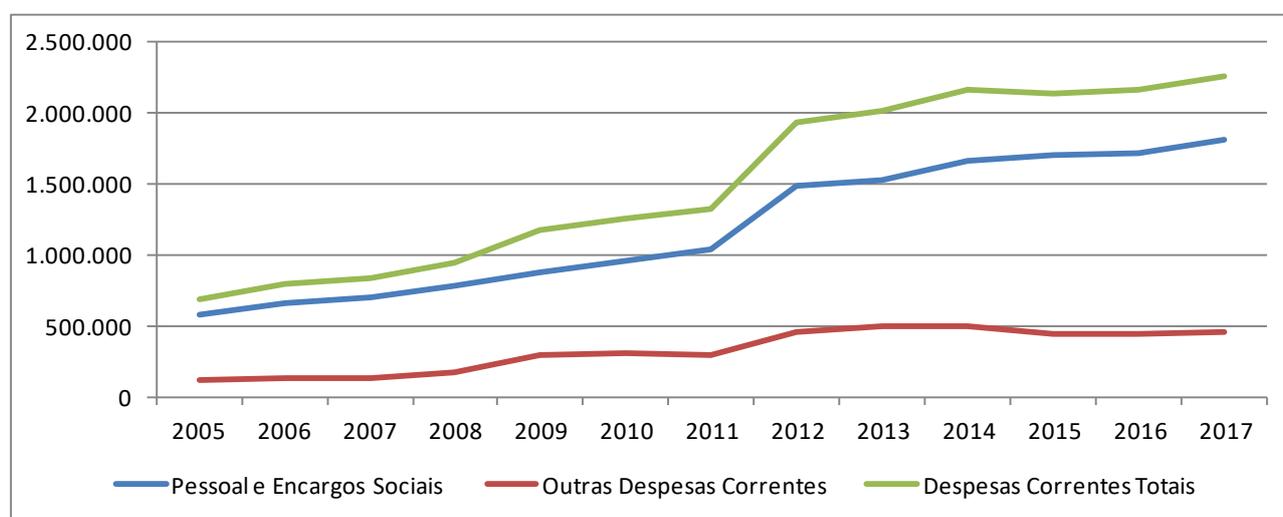
Gráfico 1: Evolução da despesa empenhada total na função de segurança pública do Governo do Estado do Ceará (R\$ 1.000 de dez./2017)



Fonte: SEFAZ. Elaboração própria.

Mais especificamente, com base na Tabela 1 e no Gráfico 2, é possível verificar que as despesas correntes na função de segurança apresentaram um crescimento acumulado de aproximadamente 229% no período 2005-2017. Esse crescimento dos gastos correntes é justificado pelo constante incremento das despesas com pessoal e encargos sociais, com acréscimo real em todos os anos do período em análise. Por outro lado, as outras despesas correntes, que incluem todo o gasto de custeio e manutenção na função de segurança pública, cresceram significativamente entre os anos de 2005 e 2012 e, desde então oscilam entre R\$ 430 e R\$ 500 milhões por ano.

Gráfico 2: Evolução das despesas correntes empenhadas na Função de Segurança Pública do Governo do Estado do Ceará (R\$ 1.000 de dez./2017)



Fonte: SEFAZ. Elaboração própria.

Pode-se justificar o aumento do gasto com pessoal e encargos sociais por dois motivos. O primeiro deles refere-se ao aumento do efetivo, sendo possível constatar que, entre os anos de 2006 e 2016, conforme dados apresentados na Tabela 2, houve um aumento de 4.519 policiais militares e civis em serviço efetivo no Ceará.

Tabela 2: Evolução do efetivo de policiais militares e civis - Ceará – 2006 a 2016

Polícia	Classe	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Militar	Ativos	13.170	13.675	13.418	14.798	16.154	15.367	14.920	15.879	16.270	17.100	17.431
	Inativos	3.558	3.511	3.524	3.580	3.694	4.547	4.478	4.637	4.633	4.627	5.515
Civil	Ativos	2.411	2.399	2.410	2.374	2.383	2.005	2.187	2.501	2.789	2.725	2.669
	Inativos	734	711	690	667	647	1.028	838	870	965	976	906
Total	Ativos	15.581	16.074	15.828	17.172	18.537	17.372	17.107	18.380	19.059	19.825	20.100
	Inativos	4.292	4.222	4.214	4.247	4.341	5.575	5.316	5.507	5.598	5.603	6.421

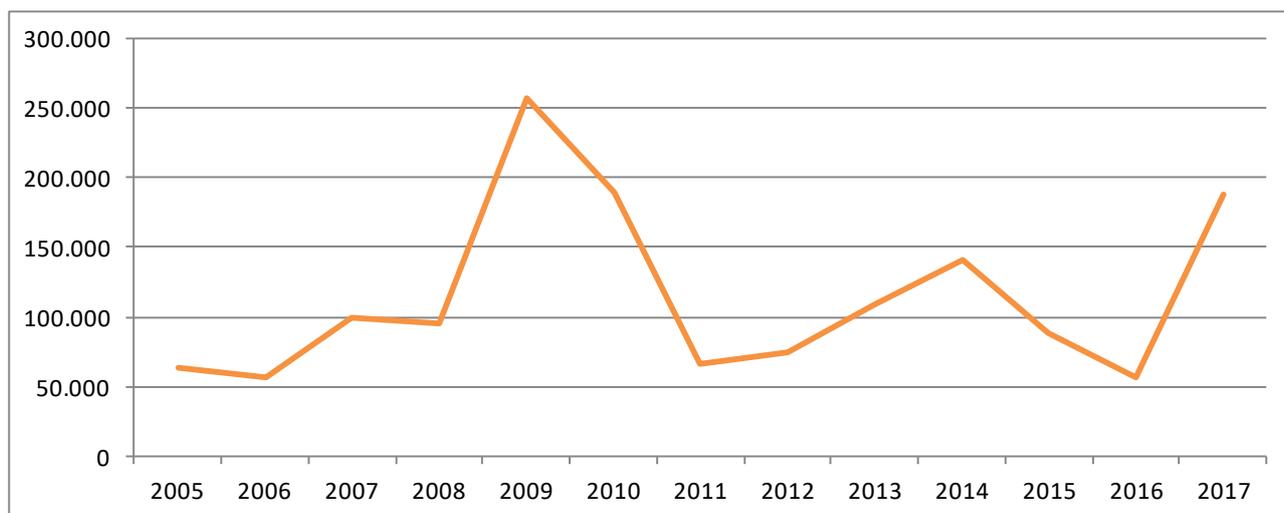
Fonte: SEPLAG. Elaboração própria.

O segundo motivo refere-se à política do Governo do Estado do Ceará de conceder reajustes diferenciados por categoria. Nesse sentido, pode-se citar como exemplo que, no ano de 2008, enquanto a revisão geral dos servidores públicos foi de 6,13% a dos policiais militares foi de 7% a 10%, além de um aumento de 10% de uma gratificação. Já na revisão geral, em 2009, foi de 4,91% para os servidores do estado, enquanto a destinada a policiais (civis, militares corpo de bombeiros) foi de 7%. Outro exemplo, no ano de 2017, o Governo do Estado sancionou leis que aumentaram a remuneração de policiais militares, civis e de bombeiros militares, equiparando os valores pagos no Ceará à média dos estados do Nordeste.

Comparando-se a Tabela 2 com a Tabela 1, especificamente a coluna referente às outras despesas correntes, pode-se argumentar que o aumento de efetivos na polícia militar e civil está ocorrendo sem que sejam elevadas as despesas com gastos de custeio. Nesse sentido, torna-se recomendável a realização de um estudo mais detalhado sobre esse tema para identificar se está ocorrendo ganhos de eficiência no gasto identificado como outras despesas correntes.

Quanto aos investimentos, que representam a totalidade das despesas de capital em segurança pública (exceto em 2013), com base na Tabela 1 e no Gráfico 3, tem-se que esses gastos não apresentaram uma tendência clara de crescimento ao longo do período em análise, exibindo certa volatilidade conforme foi argumentado antes. Os maiores valores da série foram verificados nos anos de 2009, 2010 e 2017. No total, ao longo do período em análise, foram investidos quase R\$ 1,5 bilhão de reais (a preços de dez./2017) em segurança pública pelo Governo do Estado do Ceará ou, em média, aproximadamente R\$ 114 milhões por ano.

Gráfico 3: Evolução dos investimentos na Função de Segurança Pública do Governo do Estado do Ceará (R\$ 1.000 de dez./2017)



Fonte: SEFAZ. Elaboração própria.

Uma segunda forma de verificar a dinâmica do gasto na função de segurança pública é analisar o quanto a despesa empenhada nessa função representou do total empenhado pelo estado, cujos dados são apresentados na Tabela 3. Como se pode observar na referida Tabela, o gasto na função de segurança pública representava, em 2005, 6,22 % do gasto orçamentário empenhado pelo estado e, em 2017, representava 9,97%, isto é, houve um crescimento da participação da despesa empenhada em segurança pública na despesa total do Estado.

Tabela 3: Proporção da Despesa Empenhada na Função de Segurança Pública do Governo do Estado do Ceará na Despesa Empenhada Total (%)

Ano	Gasto Orçamentário	Corrente	Pessoal	Capital	Investimentos
2005	6,22	6,68	11,49	3,56	8,05
2006	5,56	7,03	12,31	1,43	2,59
2007	7,04	7,36	12,38	5,16	9,63
2008	6,90	7,57	12,57	3,67	5,69
2009	8,09	8,69	13,24	6,17	8,40
2010	7,16	8,36	13,01	3,67	4,14
2011	5,80	6,82	10,03	1,43	1,69
2012	8,87	10,35	14,48	1,88	2,63
2013	8,96	10,20	14,27	2,78	3,77
2014	8,74	10,35	15,05	2,59	3,36
2015	9,48	11,32	17,16	2,49	3,32
2016	9,24	11,13	17,48	1,67	2,49
2017	9,97	11,53	18,20	5,15	7,63

Fonte: SEFAZ. Elaboração própria.

Observa-se, ainda na Tabela 3, que, em 2005, a despesa com pessoal na função de segurança pública representava 11,49% da despesa com pessoal do Estado, tendo crescido para 18,20%, em 2017, apresentando um padrão de crescimento durante todo o período. Já a representatividade do investimento na função de segurança pública, por todo o período de 2005 a 2017, apresentou uma significativa oscilação, tendo o valor mínimo de 1,69% do total investido no Estado, em 2011, e um máximo de 9,63%, em 2007. Essa oscilação, bem como a volatilidade do valor investido apresentado na Tabela 1, é um indicativo da necessidade de adoção ferramentas de planejamento que permitam maior previsibilidade e continuidade nas despesas de investimentos pelo Governo do Estado do Ceará, muito embora se reconheça que esses valores podem ser significativamente afetados pela dinâmica da economia e, conseqüentemente, da arrecadação tributária estadual.

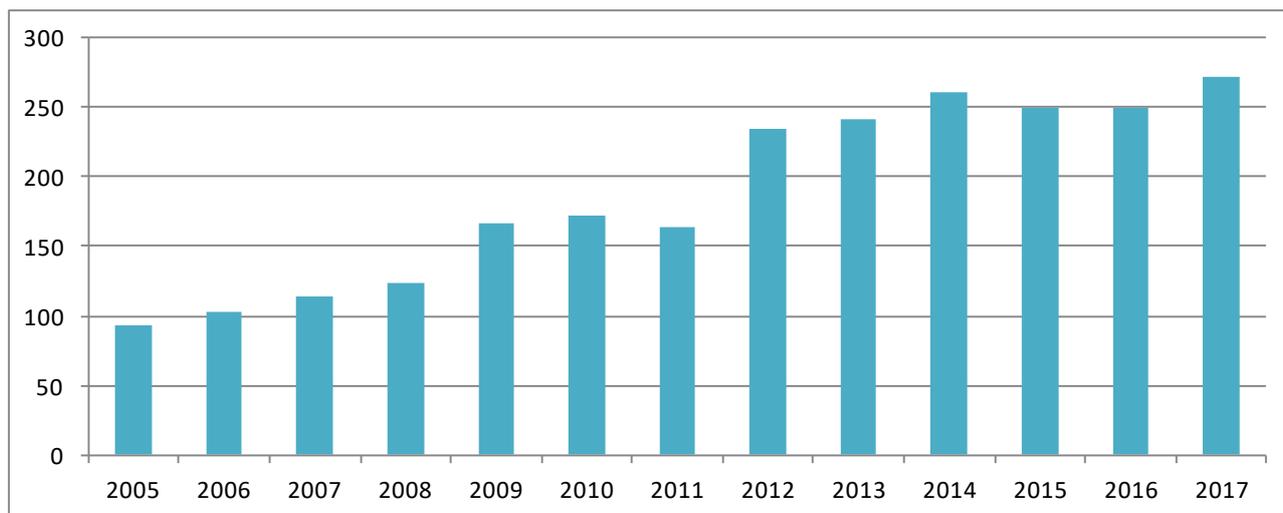
Por fim, outra forma de analisar o comportamento da despesa na função segurança pública é o quanto é gasto por habitante do estado nessa função, isto é, a despesa *per capita*, que é apresentada na Tabela 4.

Tabela 4: Despesa Empenhada Per Capita na Função Segurança Pública do Governo do Estado do Ceará (R\$ 1,00 de dez./2017)

Ano	Despesas Correntes			Despesas de Capital		Total Geral
	Subtotal	Pessoal e Encargos Sociais	Outras Despesas Correntes	Subtotal	Investimentos	
2005	84,94	70,66	14,28	7,84	7,84	92,78
2006	96,10	79,92	16,18	6,94	6,94	103,04
2007	101,38	85,07	16,31	12,13	12,13	113,50
2008	112,44	91,90	20,54	11,30	11,30	123,74
2009	136,84	103,23	33,60	30,04	30,04	166,88
2010	149,32	113,48	35,84	22,45	22,45	171,77
2011	155,59	121,48	34,11	7,67	7,67	163,25
2012	225,52	172,08	53,43	8,62	8,62	234,14
2013	229,23	173,21	56,03	12,62	12,39	241,86
2014	244,84	188,12	56,71	16,00	16,00	260,83
2015	240,62	191,76	48,85	9,85	9,85	250,46
2016	244,06	193,74	50,32	6,31	6,31	250,37
2017	251,01	201,12	49,89	20,87	20,87	271,88

Fonte: SEFAZ; IBGE. Elaboração própria.

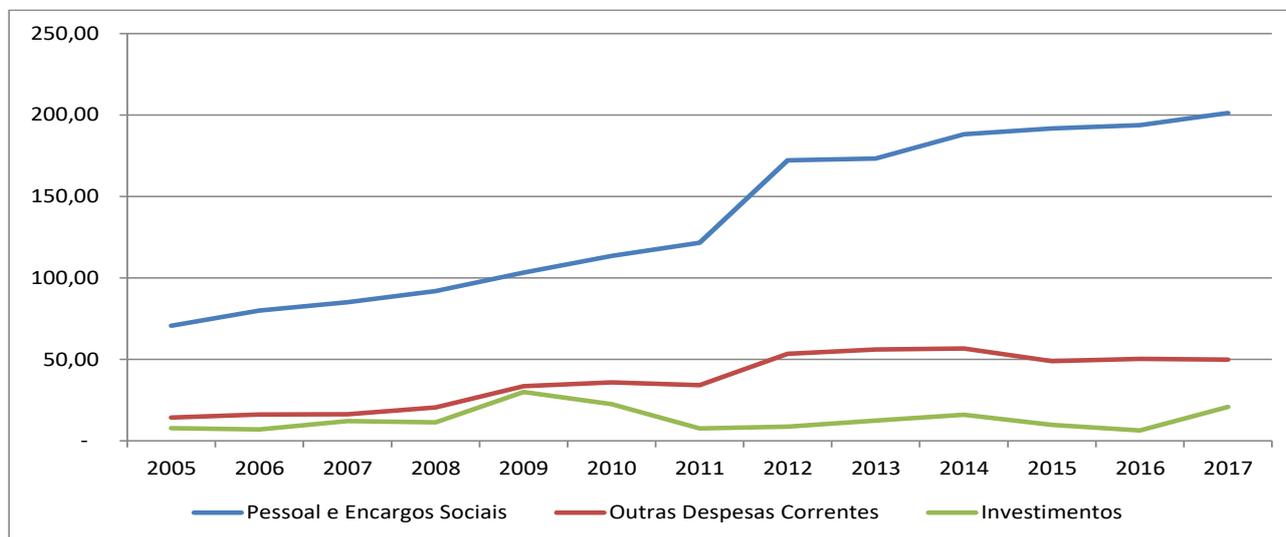
Como pode ser observado, na Tabela 4, gastava-se, em 2005, a preços de dez./2017, R\$ 92,78 por habitante com segurança pública, tendo esse valor aumentado para R\$ 271,88, em 2017, o que representa uma elevação real de 193% no período. A dinâmica dessa série pode ser mais bem identificada com a ajuda do Gráfico 4.

Gráfico 4: Evolução da despesa empenhada per capita na função segurança pública do Governo do Estado do Ceará (R\$ 1,00 de dez./2017 por habitante)

Fonte: SEFAZ; IBGE. Elaboração própria.

Já o comportamento dos principais tipos de despesas *per capita* em segurança pública é exibido no Gráfico 5.

Gráfico 5: Despesa empenhada per capita na função segurança pública, por tipo de despesa, do Governo do Estado do Ceará (R\$ 1,00 de dez./2017 por habitante)



Fonte: SEFAZ; IBGE. Elaboração própria.

Como pode ser constatado no referido Gráfico, o principal componente do gasto na função de segurança pública é o gasto com pessoal e encargos sociais, refletindo o grande peso que esse tipo de despesa tem nos gastos com essa função. Ademais, verificou-se significativa evolução deste tipo de gasto, passando de R\$ 70,66 por habitante, em 2005 (a preços de dez./2017), para R\$ 201,12 por habitante, em 2017, i.e., com um aumento real de aproximadamente 185%.

3. Gastos com Custódia e Reintegração Social

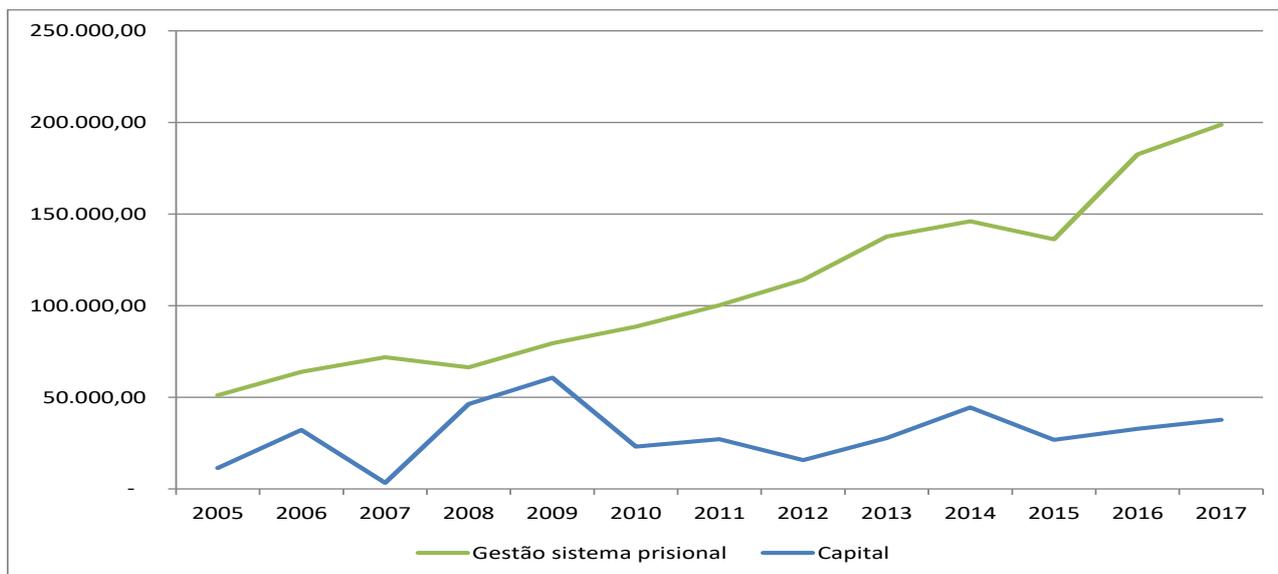
Outro gasto relacionado à segurança pública, porém considerado como relacionado aos Direitos da Cidadania, é o de custódia e reintegração social, cujos dispêndios estão relacionados à expansão e à manutenção do sistema prisional do estado. Assim, na Tabela 5 e no Gráfico 6, são apresentados os dados referentes às despesas correntes e às de capital com Custódia e Reintegração Social.

Como pode ser observado na Tabela 5 e no Gráfico 6 as despesas correntes com custódia apresentaram uma nítida tendência de crescimento, enquanto as despesas de capital oscilaram de forma significativa entre R\$ 3,3 milhões, em 2007, e R\$ 60,6 milhões, em 2009. Os investimentos nessa função registram novo pico de R\$ 44,4 milhões, em 2014, e voltaram a declinar.

Tabela 5: Despesas Correntes e de Capital com Custódia e Reintegração Social (R\$ 1.000 de dez./2017)

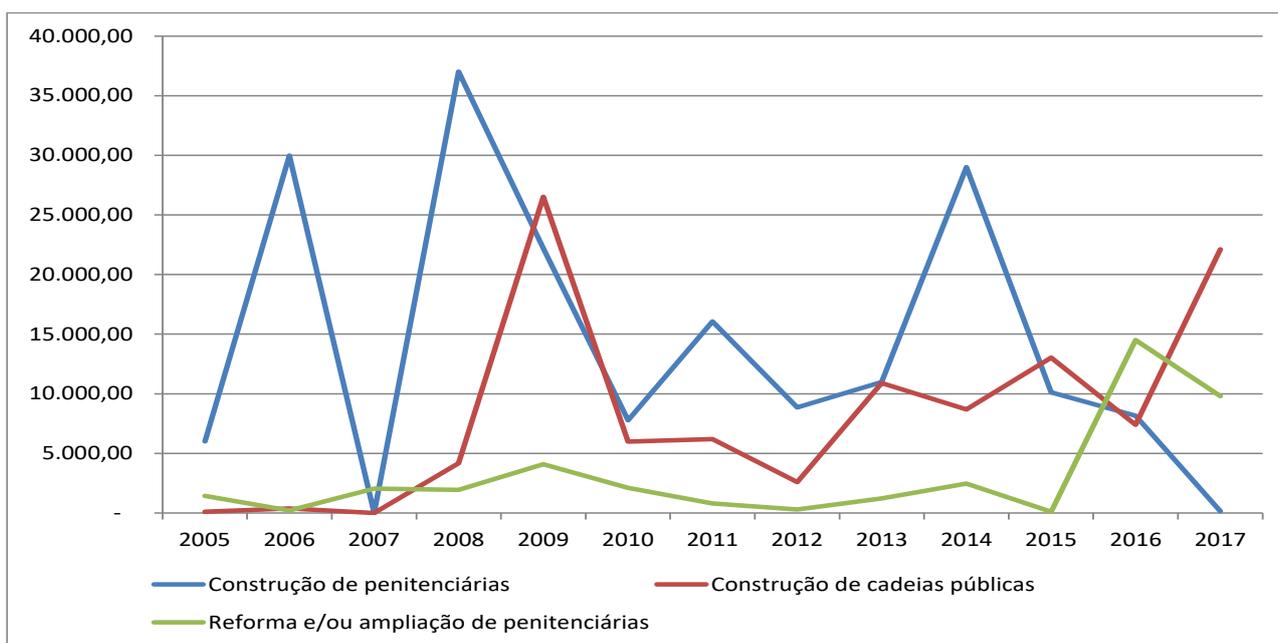
Descrição	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Despesa Corrente	52.140,11	65.271,06	73.449,37	66.320,82	79.512,77	88.533,81	100.216,59	118.437,69	141.615,67	150.057,48	139.882,03	186.634,71	205.504,73
Gestão sistema prisional	51.056,84	63.867,90	71.889,08	66.307,52	79.512,77	88.533,81	100.216,59	114.103,34	137.664,31	146.092,74	136.229,25	182.520,68	198.666,63
Outras	1.083,27	1.403,16	1.560,30	13,30	-	-	-	4.334,35	3.951,36	3.964,74	3.652,78	4.114,03	6.838,10
Capital	11.422,44	32.195,20	3.328,03	46.349,69	60.648,98	23.122,38	27.179,62	15.678,28	27.798,98	44.434,37	26.766,86	32.815,62	37.712,08
Construção de cadeias públicas	96,96	368,48	-	4.166,65	26.515,16	5.983,74	6.193,13	2.589,87	10.897,02	8.675,96	13.024,59	7.386,49	22.101,97
Construção de penitenciárias	6.006,56	29.979,60	-	37.023,83	22.190,68	7.768,40	16.057,39	8.858,77	10.981,05	29.003,61	10.117,29	8.154,86	145,00
Reforma e/ou ampliação de cadeias públicas	464,24	213,16	401,25	2.004,99	2.678,88	2.949,70	720,48	466,09	103,00	456,12	395,82	-	-
Reforma e/ou ampliação de penitenciárias	1.438,88	197,67	2.048,87	1.934,67	4.092,42	2.097,12	800,72	295,53	1.210,68	2.461,21	102,40	14.491,60	9.800,35
Outros Gastos de Capital	3.415,80	1.436,28	877,91	1.219,55	5.171,85	4.323,43	3.407,91	3.468,02	4.607,23	3.837,45	3.126,76	2.782,67	5.664,76
Total	63.562,55	97.466,26	76.777,40	112.670,52	140.161,76	111.656,19	127.396,21	134.115,97	169.414,65	194.491,85	166.648,89	219.450,34	243.216,81

Fonte: SEFAZ. Elaboração própria.

Gráfico 6: Despesas Correntes e de Capital com Custódia e Reintegração Social (R\$ 1.000 de dez/2017)

Fonte: SEFAZ. Elaboração própria.

O principal gasto corrente com custódia é a Gestão do Sistema Prisional, que responde por mais de 97,9%, em média, da despesa corrente, apresentando, portanto, comportamento similar ao das despesas correntes. Já nas despesas de capital podem-se destacar como principais as despesas com construção de penitenciárias e cadeias públicas, que são apresentadas tanto na Tabela 5 como no Gráfico 7.

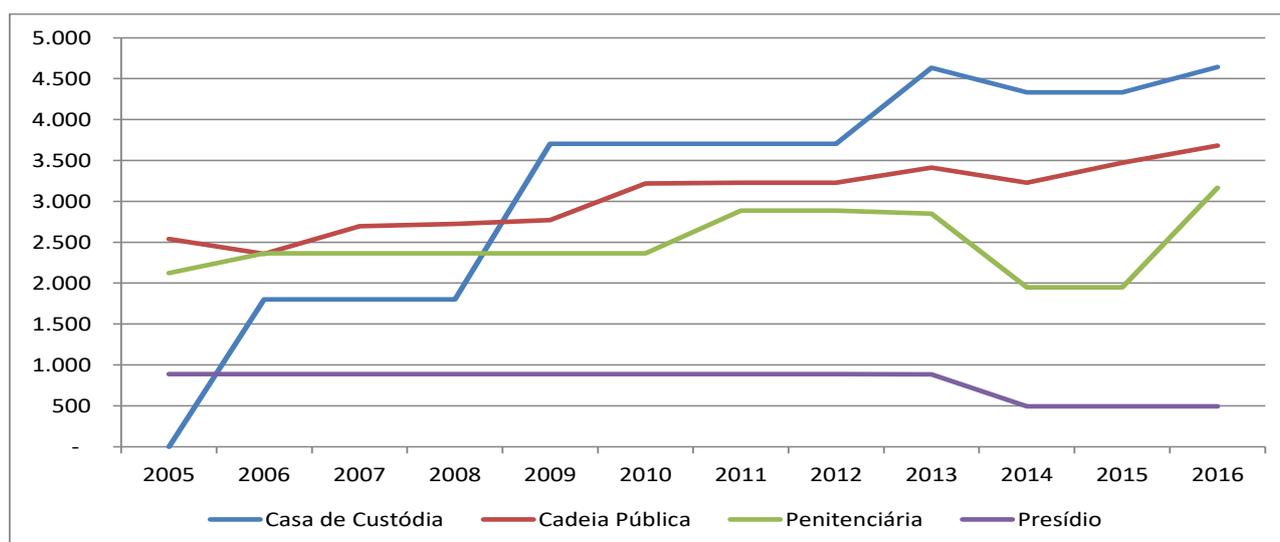
Gráfico 7: Investimentos para construção de penitenciárias e cadeias públicas e reforma de penitenciárias (R\$ 1.000 de Dez/2017)

Fonte: SEFAZ. Elaboração própria.

Como se observa no Gráfico 7 não é possível identificar uma tendência nos gastos de construção e reformas das penitenciárias ou cadeias públicas. Entretanto, constata-se facilmente que os investimentos na construção de penitenciárias supera as outras duas rubricas mencionadas. Porém, nos últimos dois anos, os investimentos de construção de cadeias públicas e reformas ou ampliação de penitenciárias foram superiores aos destinados a construção de penitenciárias.

Dados os investimentos em construção e reforma de presídios e cadeias públicas seria, então, esperado o incremento da capacidade prisional do estado e, de forma paralela, que fosse minimizado o problema de superlotação de suas unidades prisionais. Assim, são apresentados na Tabela 6 e nos Gráficos 8 e 9 a evolução da capacidade das unidades prisionais e do número de internos do Ceará. Assim, constata-se, nos referidos Gráficos e Tabela, que a capacidade prisional do estado cresceu de aproximadamente 5.683 internos, em 2005, para 12.132, em 2016, ou seja, houve um incremento de 113% em 12 anos.

Gráfico 8: Capacidade das Unidades Prisionais por Tipo



Fonte: Secretaria da Justiça (SEJUS).

Atendo-se ao Gráfico 8 e a Tabela 6 observa-se que as casas de custódia possuíam, em 2016, a maior capacidade de internos. Esse número torna-se mais expressivo quando se compara com o ano de 2005, quando não havia esse tipo de unidade. Por outro lado, a capacidade dos presídios diminuiu ao longo do período de 2005 a 2016, de 887 detentos para 492. Tendo-se em vista que os presídios e as casas de custódia destinam-se a abrigar presos provisórios, constata-se, portanto, que as casas estão se destacando na função de reter os presos que estão aguardando sentença.

Tabela 6: Capacidade, Número de Internos e Razão entre Número de Internos e Capacidade do Sistema Prisional do Ceará

Capacidade das Unidades												
Descrição	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Penitenciária	2.123	2.363	2.363	2.363	2.363	2.363	2.888	2.888	2.848	1.948	1.948	3.164
Presídio	887	887	887	887	887	887	887	887	885	492	492	492
Casa de Custódia	-	1.800	1.800	1.800	3.704	3.704	3.704	3.704	4.632	4.332	4.332	4.641
Cadeia Pública	2.539	2.359	2.697	2.723	2.770	3.218	3.228	3.228	3.412	3.228	3.472	3.682
Unidade de Tratamento	134	134	164	134	134	134	134	134	134	153	153	153
Total	5.683	7.543	7.911	7.907	9.858	10.306	10.841	10.841	11.911	10.153	10.397	12.132
Número de Internos												
Descrição	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Penitenciária	2.895	2.673	2.581	2.388	2.292	2.312	2.424	2.441	2.519	3.021	2.984	4.480
Presídio	1.205	1.049	932	702	698	1.578	1.835	1.523	1.589	822	841	578
Casa de Custódia	-	2.015	2.109	2.236	3.245	4.068	4.228	4.554	6.151	6.946	7.405	7.230
Cadeia Pública	4.614	4.901	5.164	5.488	5.434	5.918	6.270	6.601	6.921	6.845	7.475	8.057
Unidade de Tratamento	148	187	180	201	207	146	159	105	110	131	127	167
Total	8.862	10.825	10.966	11.015	11.876	14.022	14.916	15.224	17.290	17.765	18.832	20.512
Número de Internos / Capacidade												
Descrição	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Penitenciária	1,36	1,13	1,09	1,01	0,97	0,98	0,84	0,85	0,88	1,55	1,53	1,42
Presídio	1,36	1,18	1,05	0,79	0,79	1,78	2,07	1,72	1,80	1,67	1,71	1,17
Casa de Custódia		1,12	1,17	1,24	0,88	1,10	1,14	1,23	1,33	1,60	1,71	1,56
Cadeia Pública	1,82	2,08	1,91	2,02	1,96	1,84	1,94	2,04	2,03	2,12	2,15	2,19
Unidade de Tratamento	1,10	1,40	1,10	1,50	1,54	1,09	1,19	0,78	0,82	0,86	0,83	1,09
Total	1,56	1,44	1,39	1,39	1,20	1,36	1,38	1,40	1,45	1,75	1,81	1,69

Fonte: Secretaria da Justiça (SEJUS).

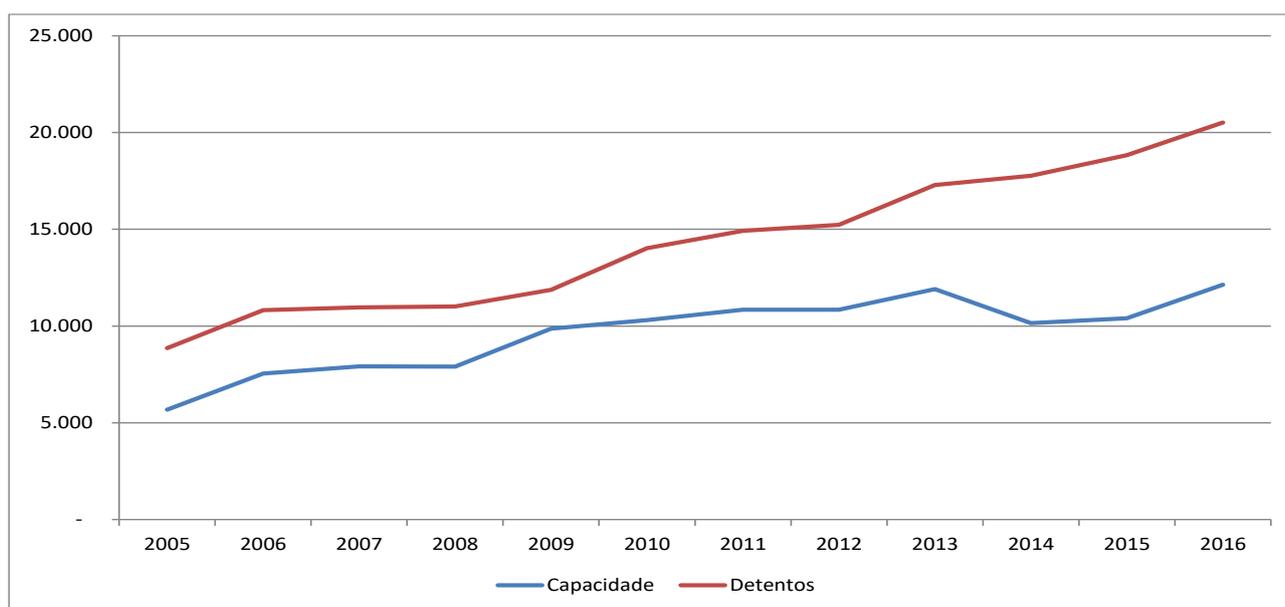
No caso específico das penitenciárias observa-se, tanto no Gráfico 8 como na Tabela 6, que houve um aumento de sua capacidade, em 2011, para logo em seguida, em 2014, com a desativação do Instituto Penal Paulo Oliveira, apresentar uma significativa redução. Entretanto, com a entrada em funcionamento do CEPIS (Centro de Execução Penal e Integração Social Vasco Damasceno Weyne) e da Unidade Prisional Irmã Imelda Lima Pontes a capacidade dos presídios voltou a aumentar, atingindo 3.164 internos em 2016 (que é 49% maior que em 2005).

Por fim verifica-se, ainda na Tabela 6 e Gráfico 8, uma nítida tendência de crescimento da capacidade das cadeias públicas, que deveria se destinar aos presos provisórios, tendo havido uma elevação em sua capacidade de 45%.

Feitas essas observações pode-se concluir que os investimentos nas unidades prisionais expandiram significativamente a capacidade de acolhimento do estado de detentos provisórios. Contudo, a expansão da capacidade de detentos que estão cumprindo pena, cujo local adequado seria nas penitenciárias, não foi tão expressivo dado o crescimento significativo da demanda.

Assim, relativamente à situação de lotação das unidades prisionais do estado, cujos dados são apresentados na Tabela 6 e no Gráfico 9, constata-se que o incremento da capacidade prisional foi acompanhado pelo número de internos no sistema prisional, dado que o número de internos aumentou de 8.862, em 2005, para 20.512, em 2016, isto é, o número de internos aumentou em 131%. Assim, pode-se afirmar que o incremento da capacidade prisional não resultou em redução da lotação do sistema prisional cearense.

Gráfico 9: Capacidade e Número de Internos



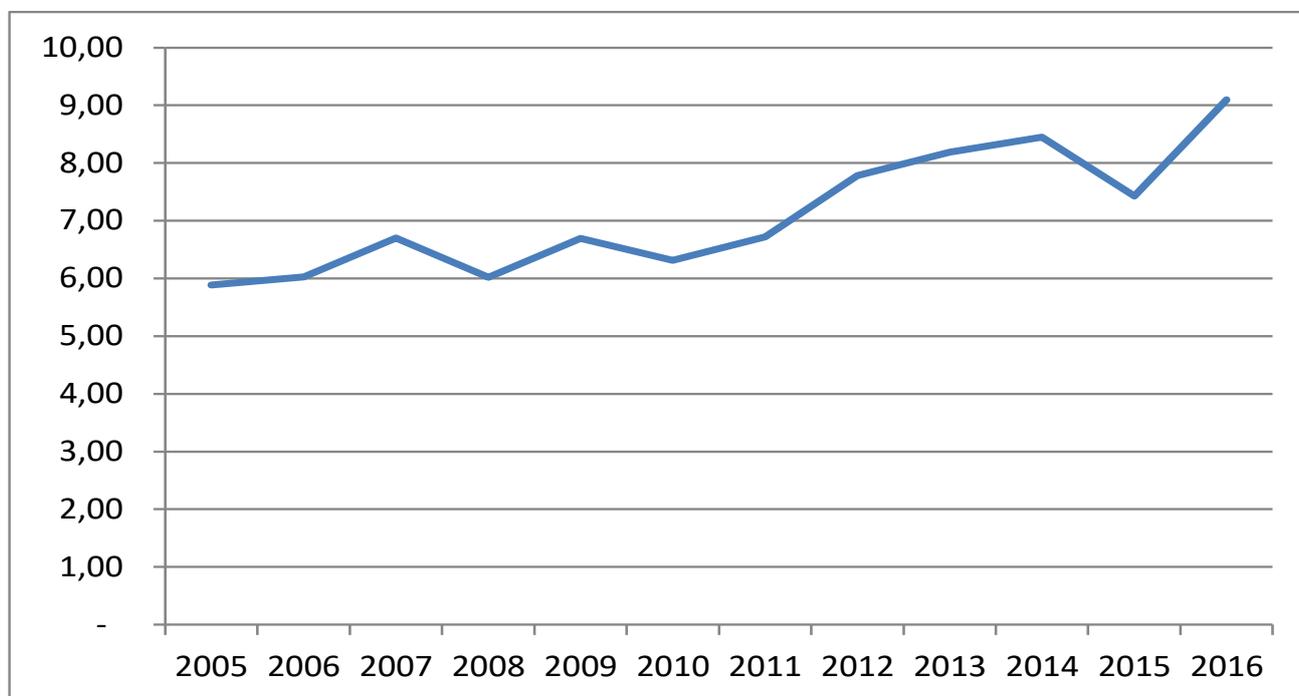
Fonte: Secretaria da Justiça (SEJUS).

De fato, ao analisar o comportamento da razão entre número de internos e a capacidade do sistema prisional, que é apresentada na Tabela 6, constata-se que ela era de 1,56, em 2005, isto é, havia 1,56 detento onde deveria haver 1. Essa razão declinou até o ano de 2009, quando atingiu seu valor mínimo (1,20) e passa aumentar até atingir a proporção de 1,81, em 2015. Em 2016, essa razão apresentou nova redução, atingindo 1,69, devido à entrada em operação de novas casas de custódia e das penitenciárias mencionadas anteriormente.

É interessante observar que a situação é particularmente crítica nas cadeias públicas, dado que nos últimos cinco anos a razão entre número de internos e a capacidade sempre foi superior a 2, tendo atingido o valor máximo, de 2,19, no ano de 2016.

Outro indicador interessante de se observar é a relação entre as despesas com gestão do sistema prisional e o número de internos no sistema prisional, isto é, qual o custo de se gerenciar um detento, cujos dados são apresentados no Gráfico 10. Como pode-se observar no referido Gráfico, o custo de gestão por detento oscilou, entre os anos de 2005 e 2011, entre R\$ 6.000 e R\$ 7.000. De 2012 em diante o custo de gestão por interno apresentou tendência de crescimento, superando o gasto de R\$ 9.000 por interno, em 2016.

Gráfico 10: Gasto de Gestão do Sistema Prisional por Detento (R\$ 1.000 de Dez/2017)

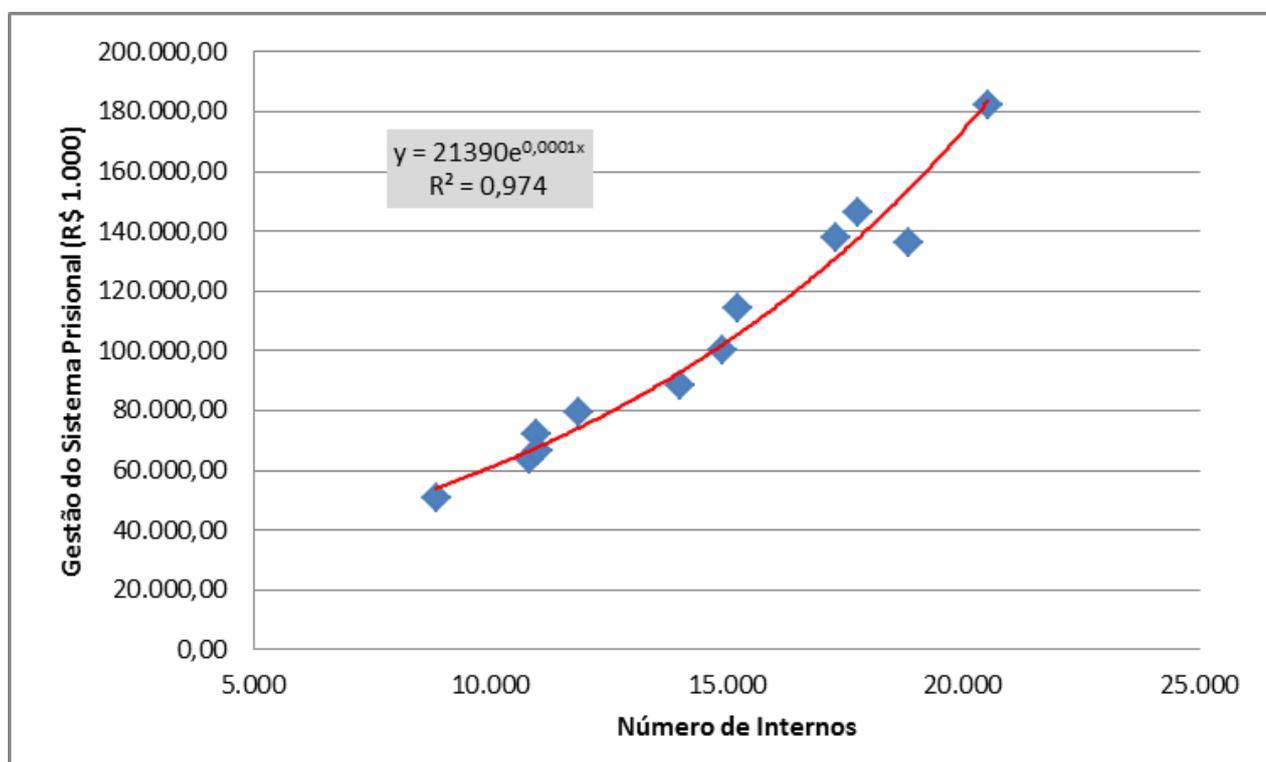


Fonte: SEFAZ, Secretaria da Justiça (SEJUS).

Por fim, verifica-se, pela inspeção do Gráfico 11, que o gasto com gestão do sistema prisional guarda forte relação com o número de internos. Entretanto, ao serem comparadas as informações do

Gráfico 10 com as do Gráfico 11, aparentemente, a despesa com gestão do sistema prisional está crescendo de forma mais acelerada que o número de internos.

Gráfico 11: Relação entre Número de Internos e Despesa Com Gestão no período 2005 a 2016 (R\$ 1.000 de dez./2017)



Fonte: SEFAZ, Secretaria da Justiça (SEJUS).

4. Notas Conclusivas

Como se pôde observar pela análise dos dados apresentados anteriormente, houve uma evolução significativa nas despesas com segurança pública do Governo do Estado do Ceará, tanto em termos absolutos como *per capita*, durante o período analisado. Ademais, verificou-se que o principal motivo da expansão da despesa na função de segurança pública do Estado do Ceará foi o também elevado crescimento do gasto com pessoal e encargos sociais (a mais importante despesa), dinâmica que reflete principalmente tanto o aumento dos efetivos empregados nas polícias Militar e Civil como as melhorias nas remunerações dos profissionais empregados nessa área. Entretanto, verificou-se a variabilidade das despesas com investimento.

Relativamente à subfunção de Custódia e Reintegração Social, observou-se que os investimentos nessa área permitiram a expansão do sistema prisional cearense, entretanto constatou-se que esses investimentos não foram suficientes para reduzir a situação de superlotação das unidades prisionais cearenses. Por outro lado, a expansão da população carcerária tem resultado em elevação das

despesas com administração do sistema prisional do Estado, sendo necessária uma investigação mais detalhada para entender suas causas.

Vale ressaltar que os problemas ligados à segurança pública são bastante complexos e envolvem uma série de fatores e, assim, apenas o aumento dos gastos pode não ser suficiente para lidar com os desafios existentes. Mas, por outro lado, é essencial que o estado possa fornecer os meios necessários para que as polícias Civil e Militar e o sistema prisional operem de forma estruturada de acordo com as suas esferas de atuação. Assim, diante disso, é importante que o estado persista no controle de suas contas para poder financiar adequadamente os gastos e, sobretudo, os investimentos em segurança pública, além de buscar o aperfeiçoamento de suas ferramentas de gestão para que esses gastos sejam cada vez mais efetivos.